

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO

PROGRAMA  
DE COMUTAÇÃO  
BIBLIOGRÁFICA

CAPES/SESU/FINEP/IBICT

**Fundação Universidade Federal do Rio Grande**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental**

**MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E TERCEIRA IDADE**

**LAURA LEAL MOTA**

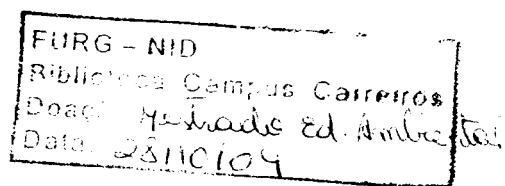
**Rio Grande — RS**

**2004**

LAURA LEAL MOTA

MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E TERCEIRA IDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental, sob a orientação do Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky.



Rio Grande - RS

2004

**LAURA LEAL MOTA**

**MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO  
E TERCEIRA IDADE**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:




---

**Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky  
(FURG – Orientador)**



---

**Prof.ª Dr.ª Ivalina Porto  
(FURG)**



---

**Prof. Dr. José Erno Taglieber  
(UNIVALI)**

Quando se fala ou se escreve sobre meio ambiente diante das gerações que estão emergindo, nós, educadores, no mínimo, temos de fazê-lo em atitude de contrição, face ao cenário de desgaste e truçulência do mundo que estamos a entregar-lhes.

Por essa razão, dedico esse estudo a Maria Luíza, ao Luís Guilherme e ao Pedro Luís, meus netos, que simbolizam as mulheres e os homens do novo milênio, cujos nascimentos coincidiram com a realização do meu mestrado e em cujas melhores expectativas deposito: que possam, ao trilharem os caminhos da educação ambiental, viver num planeta menos desigual e mais solidário.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é um produto individual. Muitas forças convergiram para que ele se concretizasse. Meu reconhecimento e agradecimentos especiais constam a seguir.

À coordenação e professores do MEA, que apostaram no espírito investigativo de quem tem mais de 50 anos.

Ao professor Aloísio, pela orientação eficiente, segura e constante.

À Secretaria do Bem-Estar Social e Cidadania, e ao Grupo de Idosos Acanguaçu, pela acolhida, receptividade e carinho.

Ao meu pai Valdemar, exemplo de envelhecimento bem-sucedido, pela sabedoria dos seus 90 anos, inspirador de minha dissertação.

À minha mãe Genoveva, pela presença incondicional em todas as etapas de minha vida.

Ao meu marido Luiz Geraldo, fundamental cúmplice e sensível companheiro nessa “aventura” nos momentos mais significativos.

Aos meus irmãos Iolanda, Celau, Zélia, Cleni e Evaldo, incentivadores maiores, porque acreditaram na minha capacidade de luta quando eu já havia dela esquecido.

Aos meus filhos Luís Maximiliano, Thiago, Ana Elisa e nora Jeanice, presentes recebidos de Deus, cujo diálogo e convivência é sempre motivo de aprendizagem.

Aos colegas do curso, em especial a Elaine, Giane, Marilaine, Maurício e Sérgio, pelo enriquecimento e companheirismo.

## RESUMO

Este estudo teve entre seus objetivos fundamentais conectar meio ambiente, educação e terceira idade, aprofundando e interligando os temas numa perspectiva de educação ambiental voltada às pessoas idosas. Percorremos um longo caminho para detectar a literatura sobre o tripé dos aspectos selecionados, e, na seqüência realizamos uma pesquisa de campo junto a um grupo de idosos. A fim de dar conta da nossa proposta de investigação, escrevemos a respeito da crise ambiental, suas origens e manifestações, e os possíveis rumos da humanidade diante de um impasse, o debate que a envolve, incluindo uma reação ao antropocentrismo. Destacamos a terceira idade, considerando-a uma realidade histórica construída, e a questão da longevidade como um fenômeno crescente, causas do envelhecimento e heterogeneidade do processo na sociedade. A evolução do enfoque que a sociedade tem promovido modifica-se: de velhos esquecidos e depreciados emergem idosos, renovados, e atuantes como sujeitos sociais, características próprias da 3ª idade. Diante dessa nova figura social, a questão ecológica passa a ser vista como central. No quarto capítulo abordamos a educação ambiental como uma proposta para todas as idades, alternativa viável e essencial para a edificação de uma sociedade sustentável. Por fim, analisamos a interação de um grupo de idosos, oriundos da zona rural, com o meio ambiente, vislumbrando um projeto de educação ambiental voltado para essa etapa da vida e num futuro promover, a partir de suas experiências, um projeto de educação ambiental focado nas gerações vindouras. Enfim, um aspecto relativo à nossa temática é discorrer sobre os direitos dos idosos, com certeza direitos sempre novos e recentemente mais extensos, assim como justificar, com um discurso convincente a necessidade de serem efetivados. Em breves palavras é: discursar sobre educação ambiental e suas virtudes diante da crise ambiental, juntamente com argumentos que possam convencer setores populacionais cada vez mais amplos, é diferente de garantir aos idosos uma proteção efetivamente com os direitos social e ambiental.

Palavras-chave: Crise ambiental. Terceira idade. Educação ambiental. Renovação.

## ABSTRACT

This study had among its fundamental objectives to connect environment, education and old age, deepening and interconnecting the themes in a perspective of environmental education for elderly. We went through a long way to detect the literature about the triple of the selected aspects, and, in the sequence we realized a field research with a group of old-aged people. In order to get our proposal of investigation, we wrote about the environmental crisis, its origins and manifestations, and the possible direction of the humanity in front of an impasse, the debate that involves the crisis, including a reaction to the anthropocentrism. We detached the old age, considering it as a constructed historical reality, and the matter of longevity as an increasing phenomenon, causes of the aging and heterogeneity of the process in the society. The evolution of the focus that the society has promoted changes from forgotten and disparaged old people to renewed and active social subjects, proper characteristics of the old age. In front of this new social figure, the ecological matter is seen as the center. In the fourth chapter we approached the environmental education as a proposal for all ages, feasible and essential alternative for the construction of a sustainable society. Finally, we analyzed the interaction of a group of old people, derived from the rural area, with the environment, describing a project of environmental education related to this stage of life and in a future promote, from their experiences, a project of environmental education focused on the coming generations. At last, an aspect related to our thematic is to consider the rights of the elderly, surely always new rights and recently more extensive, as well as to justify with a convincing speech the necessity for them to be executed. In a few words it means: discoursing about environmental education and its virtues in front of the environmental crisis, together with arguments that can convince more and more ample population sectors, is different from guaranteeing an effective protection with the social and environmental rights to the elderly.

Key words: Environmental crisis. Old age. Environmental education. Renovation.

## SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 A CRISE AMBIENTAL E O NOVO ENFOQUE DO MEIO AMBIENTE.....	19
1.1 Os embriões da crise.....	19
1.2 Manifestações da crise.....	23
1.3 A crise nos afeta: desafios e angústias.....	27
1.4 O que busca a humanidade? Desafios e perspectivas.....	30
1.5 O debate a respeito da crise, através das Conferências.....	35
1.6 A reação ao antropocentrismo.....	41
2 TERCEIRA IDADE: UMA REALIDADE HISTÓRICA CONSTRUÍDA.....	50
2.1 Uma sociedade que vive mais.....	51
2.2 Os estereótipos que envolvem os velhos.....	62
2.3 Representações e causas do envelhecer.....	68
2.4 Envelhecer: um processo heterogêneo.....	79
3 OS IDOSOS HOJE: DA DESVALIA A ATORES SOCIAIS.....	89
3.1 Estudar a 3º idade: um tema que se impõe.....	89
3.2 Idosos: da geração desamparada à agente social institucionalizado... ..	103
3.3 Idosos na sociedade de consumo: inserção ou conclusão? .....	114
3.4 Terceira idade: de ex-cidadãos a novos atores sociais.....	120
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA PARA TODAS AS IDADES.....	133
4.1 Desenvolvimento sustentável no presente e no futuro.....	136
4.2 Concretizando e enraizando sustentabilidade a partir da educação ambiental.....	143
4.3 A educação ambiental entre os aspectos legais e a conscientização.....	149
4.4 Educação ambiental: uma medida sem idades.....	157
5 VISLUMBRANDO UM NOVO DIÁLOGO: O INTERCÂMBIO DE GERAÇÕES É POSSIVEL.....	165
5.1 Descrição do grupo estudado: sua escolha.....	166
5.2 Aspectos metodológicos: coleta e análise de dados.....	169
5.3 Relações com a natureza.....	173



<b>5.4 Representações sobre o meio ambiente</b> .....	182
<b>5.5 Meio ambiente rural x meio ambiente urbano</b> .....	184
<b>5.6 Representações sobre sustentabilidade</b> .....	188
<b>5.7 Educação ambiental x grupo de 3ª Idade</b> .....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	214
APÊNDICE.....	226

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa que procurou conectar os conceitos de meio ambiente, educação e terceira idade. Recorremos para tal a uma revisão de parcela da literatura existente, a fim de detectar uma possível conexão entre o tripé destacado, bem como efetuamos uma pesquisa de campo.

As reflexões e discussões sobre o meio ambiente há muito abandonaram o âmbito restrito do estudo dos fenômenos naturais, suas manifestações e reações. A humanidade transitou, neste último século, entre mitos relativos à compreensão da natureza: a natureza com poderes divinos ou como uma fonte de recursos inesgotáveis, ou ainda, a tentativa de tudo vir a ser mercadoria ou bem na total falta de respeito com ela pelo seu uso e abuso.

Ao dar sinal de exaustão em alguns setores, demonstrado através de desequilíbrios peculiares, a natureza passou a sacudir os projetos de desenvolvimento, denunciando que a própria espécie humana encontrava-se ameaçada pelo seu ritmo. A partir de então, tornou-se necessário, mais do que nunca, agregar a sorte do gênero humano à do meio ambiente. Antes e acima de tudo estão em simbiose: o futuro de um é a garantia da sobrevivência do outro.

Cientistas de todas as áreas, como da física, da biologia, da química, entre outras, bem como até da área social passaram a estudar essa interação, essa

recentemente a perspectiva de educação ambiental, cujos encontros internacionais oportunizaram uma certa visibilidade a um processo de envolvimento das pessoas nas questões ambientais.

Faz-se erigir, pois, uma necessária convergência entre as preocupações com o meio ambiente e a mutação do entendimento ser humano. Embora o tema da presente pesquisa, que se assenta sobre o tripé Meio Ambiente, Educação e Terceira Idade, seja abrangente, queremos destacar que ela versou sobre a interação de um grupo de pessoas da 3ª idade, oriundas da zona rural, com a perspectiva de educação ambiental. Consideramos o fato de que, num passado não muito remoto, tais pessoas, enquanto exerciam atividades produtivas no meio rural, possuíam um intenso nexos com o meio ambiente. Todavia, na atual situação, o fato de serem moradoras no espaço urbano, traduz-se como um fator novo para repensar o modo de compreensão do meio ambiente. Mudaram as circunstâncias de vida, modificaram-se também os seus referenciais acerca da cultura.

A expressão “3ª idade”, no momento, está substituindo o termo tradicional “velho”, ou idoso, numa tentativa mais branda de designar as pessoas que atingem uma idade avançada. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 65 anos é o marco inicial da velhice. Para os países subdesenvolvidos, a Assembléia Mundial das Nações Unidas estabeleceu a idade de 60 anos como o início da fase em que as pessoas são consideradas idosas. Delimitamos, para efeito deste estudo, que as pessoas de 3ª idade tenham acima de 60 anos, um dos critérios para a aposentadoria e para adquirir direitos e benefícios financiados com recursos públicos, bem como, por nos enquadrarmos dentro das características de um país em desenvolvimento que considera essa idade como o início da idade idosa.

Devemos salientar também, o que na presente pesquisa está sendo compreendido por meio ambiente, haja vista os inúmeros conceitos que estão a

enriquecer e particularizar a questão. Optamos pela definição estabelecida, em 1975, na Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, em Tbilise, Geórgia. Conforme esta visão, inclui-se não só o meio físico e biológico, mas também o meio sociocultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Silliamy (apud REIGOTA, 1995 p.13), no Dicionário Enciclopédico de Psicologia, o define como: “o que circunda um indivíduo ou grupo. A noção de meio ambiente engloba, ao mesmo tempo, o meio cósmico, geográfico, físico e o meio social, com suas instituições, sua cultura, seus valores”.

→ Reigota consegue ampliar ainda mais esse conceito para que possamos entender melhor sua abrangência. Ele define meio ambiente como

[...] o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. (REIGOTA, 1995, p.14)

Destamos igualmente que, no presente estudo, o termo educação designa um processo contínuo e permanente, visando a uma formação crítica. Nosso pensamento coincide com Paulo Freire (2003, p. 79-80), quando afirma:

Não se trata obviamente de impor à população expoliada e sofrida que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se, na verdade – não importa se trabalhamos com alfabetização, com saúde, com evangelização ou com todas elas -, de simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua ação concreta. Mais ainda, que sua ação concreta

não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado.

Certamente, as questões ambientais postas no debate não têm uma única resposta. Contudo, partilhamos nossas concepções com aqueles que acreditam estarem inseridas na educação ambiental, cujas propostas possam vir a alterar profundamente a convivência entre os seres. A educação ambiental vem sendo apontada como uma alternativa viável e necessária para se atingirem transformações nos âmbitos social, econômico e ambiental, uma vez que sua atuação ocorre “para”, “com” e “pelo” cidadão, reconhecendo-o como agente de mudança.

O movimento ecológico, na medida em que se fundamenta na ética, reconhece o equilíbrio ecológico exigir uma série de mudanças profundas em nossa percepção do papel a ser desempenhado pelo ser humano no ecossistema planetário.

Concordamos também com Reigota, quando avalia: “Considero que a educação ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão”, que não seja sinônimo de autodestruição, e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais” (REIGOTA, 1995, p. 11). Quando incorpora à análise tais idéias, o autor altera de modo profundo a educação concebida tradicionalmente. Ela não é necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Tampouco deve visar apenas à utilização racional dos recursos naturais, como basicamente à participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

Em 27 de abril de 1999, é decretada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental no nosso país, instituindo a política nacional de educação ambiental. Em seu art. 3º, podemos ler: “Como parte do processo educativo mais amplo, *todos* têm direito à educação ambiental [...]” (grifo nosso). Não resta dúvida,

portanto, que incluir a 3ª idade num programa de educação ambiental está em consonância com a legislação e é uma medida necessária e factível, considerando principalmente o novo perfil apresentado e a importância merecida que a sociedade tem atribuído à velhice. Essa medida torna-se necessária porque o momento requer a participação de todos e, factível porque ocorre através de grupos organizados, como nos de convivência voltados para essa categoria social.

O envelhecimento populacional é um fenómeno bastante focalizado por todos os segmentos sociais visto estar ocorrendo de forma veloz e se revelado uma tendência mundial. Além disso, porque, se de um lado provoca euforia por traduzir avanços científicos e tecnológicos, por outro, ocasiona inquietações pois requer medidas urgentes de adaptação diante do novo evento. Os estudiosos argumentam, por exemplo, que, concomitante à ocorrência dos desgastes com o envelhecimento, há um processo voltado para o desenvolvimento.

Diante de tal conjuntura, acredita-se que as pessoas, mesmo em idade avançada, mostrem-se capazes de repensar suas atitudes e serem passíveis de uma nova posição, qual seja, a de assumir um discurso ambientalista. "Do envelhecimento devemos ter uma visão holística. Essa noção de totalidade sugere uma direção convergente, colocando no ser que envelhece a responsabilidade de entender e trabalhar sua própria velhice" (CASTRO, 1998, p. 36).

A mesma autora enfatiza que não podemos ignorar o espaço cultural onde o idoso circula, afirmando que a construção de um ser humano ocorre no interior de um complexo que envolve valores, padrões de comportamento, crenças, entre outros fatores. Portanto, se o idoso ainda é capaz de analisar e discernir, por que não seria capaz, também, de aliar sua experiência de vida às necessidades ambientais? Na perspectiva da Teoria do Curso de Vida, considera-se o tempo de vida cronológico dentro do tempo histórico em que se vive. Para Castro (1988,

p. 36), "A interação entre ambos se dá no contexto de uma terceira dimensão, que é o tempo social, no qual o grupo vive momentos instituintes e reiventa suas crenças".

Sob essa perspectiva, o presente estudo visou apreender dados, fatos e informações que idosos possuem sobre sua interação com o meio ambiente. Pensamos que, ao dialogar com eles sobre suas lides no passado e atividades no presente, conseguimos provocar uma reflexão e reformulação quanto à sua realidade emocional e cognitiva e que possam assim, investir-se em novos atores sociais na revolução ambiental. "Para que possamos realizar a Educação Ambiental, é necessário, antes de mais nada, conhecermos as concepções de meio ambiente das pessoas envolvidas na atividade." (REIGOTA, 1994, p.21). Todavia, sabemos ser esse apenas o primeiro passo até mesmo para que o discurso ambiental não caia no vazio.

O estudo que realizamos procurou responder às seguintes indagações, ou seja, optamos pelas questões de pesquisa: qual a ótica das pessoas de 3ª idade oriundas do meio rural concernentes a sua própria atuação no meio ambiente? Os idosos consideram sua atuação de outrora, como trabalhadores da terra, como uma atividade que tenha contribuído para a preservação do meio ambiente ou, ao contrário, admitem ser também um pouco responsáveis pelos prejuízos hoje constatados? Acreditam eles que sua saúde tenha sido afetada pelo mau uso dos recursos naturais? Possuem uma noção de que seu cotidiano no espaço urbano continua a ter um nexos com o meio ambiente uma vez que o modo de vida urbano afeta a sustentabilidade? Como percebem que a sua experiência possa contribuir na educação das novas gerações?

As justificativas para que propusesse uma pesquisa nessa área e afirmasse as questões possuem muitas vertentes fundantes. Em primeiro lugar, meu interesse pelo tema é produto de minha própria história de vida. Nasci e vivi até quase a

adolescência numa zona rural, onde o contato constante com a natureza e um relacionamento espontâneo e caloroso com os outros membros da comunidade permitiu-me um enraizamento de profundo respeito para com a terra, de onde minha família tirava o sustento e a noção de que a vida só tem sentido caso se viva em solidariedade.

Com o passar dos anos, ao me tornar educadora, pautei por um trabalho que visasse transformar a realidade no caminho para uma sociedade mais justa. Trabalhei na formação de futuras professoras. Essa experiência foi por demais rica pois me oportunizou bem cedo poder observar as conseqüências de minha orientação no processo de aprendizagem. Logo minhas alunas já eram também professoras, em cuja atividade docente o meio ambiente consolidava-se como um elemento pedagógico fundamental. Mais tarde, após intenso exercício profissional, a inatividade despertou-me a sensação de vazio e inutilidade. Precocemente aposentada, passei da plena atividade e lucidez para a categoria dos que “não servem para mais nada.”

Numa tentativa de recuperar o poder de reflexão e a auto-estima, fiz um curso de Pós-Graduação: Especialização em Administração e Planejamento para Docentes, voltado para o Ensino Superior, no qual tive contato com a Psicologia do Adulto. Na oportunidade, conheci um pouco mais sobre a 3ª idade, tema que ora estava já a ocupar espaço na mídia, nas universidades e em grupos e associações de idosos.

Concluindo a Especialização, decidi pelo Mestrado. Naturalmente, este só teria razão de ser caso se tornasse uma conseqüência de minha trajetória e sentido de vida. A educação seria o segmento lógico. Contudo, meu interesse e preocupação com a natureza, introjetados na infância, continuou a me acompanhar no percurso de educadora e estava a me atrair de maneira singular. Ao mesmo tempo, o estudo



recente da Psicologia do Adulto, aliado à experiência negativa de “ficar aposentada,” inquietava-me. Como aliar esses três interesses?

Na busca pelo Mestrado em Educação Ambiental, senti não só ser possível, como também importante fazer um estudo entrelaçando EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE e 3ª IDADE. O último elemento da tríade, realmente tem sido, nos últimos tempos, objeto de estudo dos mais variados campos da ciência, na medida em que os idosos vêm despontando como um grupo social emergente.

No momento, a análise da população idosa é obrigatória na Medicina, no Serviço Social, na Psicologia, no Direito, entre outras áreas de investigação. Por que, então, não a visualizar numa dimensão ambiental e educacional já que compõe um grupo passível de mudança quanto ao processo de conhecimento e um testemunho vivo das transformações ambientais? Nada mais natural, portanto, quando está sendo proclamada uma consciência ambiental concomitantemente planetária e local, em que se analisem as concepções a respeito do meio ambiente desse grupo o qual vivenciou a evolução das questões ambientais.

Fundamental, torna-se, portanto, conhecer o imaginário das pessoas que atingiram a ancianidade, o qual deve ser entendido como capacidade imaginante, invenção ou criação social, histórica e psíquica de figuras, formas e de atribuição de sentido. Enfim, trata-se de inferir a capacidade que tal grupo possui de produzir e inventar suas significações.

A partir da articulação de suas falas, de sua representação social, haverá oportunidade de uma resignificação da velhice, esperando-se dela um compromisso com a práxis transformadora. Por que as pessoas da terceira idade não podem ser convocadas a viver o contexto de nossos dias, “a entenderem e aceitarem a dialética ordem/desordem como capacidade de organização, em que a

desordem não interfere nos processos de auto-organização, mas os estimula?" (CASTRO, 1998, p. 52).

Vale dizer: essa perspectiva dialética prevê que não só analisemos as duas faces da mesma moeda, mas, que os antagonismos, tipo ordem/desordem, consumo/degradação, tecnologia/riscos, qualidade de vida/poluição, entre outros, indicam-nos, que se estabelecerá, após a conscientização e vivência de tais confrontos, um novo tipo de convivência, uma nova organização, certamente baseada em criativas soluções para os impasses ora vividos.

Sob essa expectativa realizei a pesquisa. Acredito que este estudo possa converter-se num instrumento importante a fim de proporcionar um novo enfoque na formação desses grupos de 3ª idade e num projeto de educação ambiental para as futuras gerações.

As informações buscadas com o presente trabalho foram pautadas dentre os seguintes objetivos: desvelar o olhar das pessoas da 3ª idade sobre o meio ambiente buscando um entendimento da maneira como transcorreu a interação entre ambos ao longo da sua existência na zona rural, enquanto tinham contato permanente com a terra, através da atividade produtiva; questionar esse grupo de idosos sobre seu trabalho e lidas domésticas, analisando se julgam suas atividades e comportamentos, no passado, como preservadoras ou depredadoras do meio ambiente; verificar, através de seus depoimentos, se sentiram algum tipo de lesão em sua saúde e bem-estar provocados pelo uso inadequado do meio ambiente ou de produtos industriais que agem produzindo efeitos negativos sobre o mesmo; observar o novo estilo de vida dessas pessoas privilegiadas pela longevidade, no presente, numa perspectiva de se tornarem parceiras na educação ambiental, transformando a condição de expectadoras para investirem-se em atores nesse novo cenário; e identificar elementos significativos nas suas manifestações que

possam favorecer a formação de um projeto de educação ambiental para as novas gerações.

Esperamos que as respostas obtidas e as análises feitas possam nos conduzir aos caminhos de uma proposta de educação ambiental para os grupos de convivência da 3ª idade como forma de incluí-la na elaboração de uma sociedade sustentável.

# 1 A CRISE AMBIENTAL E O NOVO ENFOQUE DE MEIO AMBIENTE

## 1.1 Os embriões da crise

A humanidade e a natureza sempre mantiveram íntima relação. Podemos até afirmar que as transformações culturais, econômicas e sociais dependem dos recursos naturais, isto é, as mudanças que ocorreram e ocorrem estão relacionadas com a forma como a matéria-prima é extraída, trabalhada, distribuída e utilizada pelos povos. Ao longo da história, os grupos sociais têm se organizado em torno de bens que permitam a sua sobrevivência.

O homem caçador - coletor primitivo tinha completa dependência da natureza, principalmente porque esta representava fonte de alimento. Essa subordinação obrigava-o a ser nômade, vivendo constantemente à procura de frutos, animais e outros alimentos em lugares onde houvesse mais abundância, em constante migração, nas diferentes épocas do ano. A primeira grande transformação na sua relação com a natureza ocorreu quando ele se tornou sedentário, passando a utilizar constantemente os recursos naturais de uma mesma área de ocupação. Essa nova condição foi movida pelo desenvolvimento de novas tecnologias de produção agrícola e de manutenção e segurança dos sítios ocupados. Embora rudimentares,

essas tecnologias tinham o objetivo e a possibilidade de sustentar o domínio da natureza e a sua libertação da estreita sujeição ao mundo natural. (BRANCO, 1988, p.18-20).

Tal sentimento de superioridade foi lentamente sendo desenvolvido, deixando progressivamente para trás a relação de subjugação. Esta disposição subsidiada pelo conhecimento foi se perpetuando ao longo dos anos até se instalar o que se denominou antropocentrismo, isto é, o ser humano como centro do universo.

Historicamente, existem muitas razões para que essas idéias, que formam uma concepção de sociedade, tenham se tornado soberanas e hoje, pareçam-nos como que naturais ou eternizadas. O exame minucioso das tradições filosóficas e religiosas ocidentais revela-nos, já na Grécia, antes da era cristã, ao nascer a filosofia grega, que esta apresentava pontos de tensão com a divergência entre os pensamentos de Platão e Aristóteles sobre a relação entre a humanidade e a natureza. Platão acreditava em um reino separado do corpo onde a alma existia. Para ele, o pensador estava, em essência, desvinculado do mundo sobre o qual ele pensava. Enquanto isso, Aristóteles pensava que tudo no intelecto atingia as pessoas pelos sentidos. Conseqüentemente, de acordo com essa teoria, o ser humano encontra-se estreita e profundamente ligado ao mundo que o cerca. (GORE JUNIOR, 2003).

Os meandros da tradição judaico-cristã demonstraram que houve também um conflito entre as duas visões de mundo e, por muitos séculos, a ótica platônica era mais aceita. Provavelmente, isso se pode atribuir, em parte, à luta contra o paganismo, uma crença que reconhecia a vida de espíritos animados na natureza. Contudo, os incessantes motivos que conduziam à eliminação do paganismo, suprimiu, também, entre os primeiros cristãos, o reconhecimento das revelações que vêm diretamente da criação de Deus. (GORE JUNIOR, 2003).

Configura-se, assim, o início de uma antiga distorção: “No processo de vencer aquela batalha [erradicação da ideologia que acompanhava o paganismo], a noção de que havia santidade na realidade física e na própria Terra foi descartada.” (GORE JUNIOR, 2003).

O pensamento de Aristóteles permaneceu vivo. Suas idéias inspiraram Tomás de Aquino a reinterpretar as premissas cristãs, fortalecendo o elo entre a alma e a realidade física.

O fortalecimento do monoteísmo colaborou para transferir valores místicos dos bens naturais para uma entidade única, absoluta, onipotente, onipresente e onisciente chamada Iaveh. “A união do cristianismo com a filosofia aristotélica gera a escolástica. Entronizada na Idade Média, essa filosofia teológica coloca a natureza à disposição do homem, tornando-o hierarquicamente superior”. (ALMEIDA et al, 1999, p. 9).

Nos próximos períodos, ao progredir a burguesia, com a transformação das atividades em mercantilismo, fase embrionária do capitalismo, há o sepultamento das últimas colunas da sacralidade da natureza.

O período compreendido entre os séculos XV ao XVIII foi marcado pelo mercantilismo e pelas incursões a fim de saquear os recursos naturais. Enfim, pelo grande vigor do capitalismo comercial, estimulado pela ansiosa demanda de mercadorias. Os mares estavam desbravados, as fronteiras comerciais ampliadas e o crescimento de uma classe burguesa mercantilista conduzia ao uso desenfreado da natureza.

O surgimento do cientificismo, no século XVII, imprime um caráter mecanicista à natureza, com o exposto intuito de ver, enfim, banida totalmente de qualquer sacralidade, seja de concepção teológica, filosófica ou ideológica.

Nomes destacados como Francis Bacon, Isaac Newton e, principalmente, René Descartes conferem ao universo uma ótica cibernética, mecanicista, em que as engrenagens funcionam harmonicamente. O cientificismo cartesiano atesta o valor da natureza como bem de utilitarismo. Separa sociedade de espaço, corpo de mente, razão de emoção e homem da natureza. Consolidase no paradigma dominante a antropocentrização do mundo. (ALMEIDA et all, 1999, p. 10).

A revolução industrial vai mais fundo no saque ao sistema natural, pelas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais a que a humanidade é submetida, baseando-se num modelo de produção capitalista, que considera a natureza como fonte inesgotável de reservas de matéria-prima e energia, capaz, também, de assimilar e processar todas as formas de poluição em consequência das atividades produtivas e do modo de vida urbano.

Originada nos fins do século XIX, a expansão-globalização da economia tem seu momento mais importante na década de 50 do século XX, quando procedem as corporações multinacionais, que, gradativamente, desprendem-se do controle estatal-nacional e convertem-se em gigantescos agentes econômicos transnacionais. Decorrente de tal conjuntura, há o fortalecimento da globalização do mundo financeiro, instituindo-se o assalto à natureza. Os modelos de desenvolvimento, independente da forma de organizar a sociedade (capitalista, socialista ou comunista), encontram-se em conformidade quanto à visão da natureza, com respectiva submissão pela tecnologia desenvolvida na era capitalista.

Essa situação acarretou a condição de países em total contraste: de um lado, os países periféricos, marginalizados, essenciais para a manutenção das nações do 1º mundo. De outro, a superestrutura centralizadora das nações dominantes tem

combustível na matéria e energia das nações pobres que ofertam em abundância os recursos naturais, com altíssima tolerância à poluição do que é produzido, baixo custo de mão-de-obra e mercado interno em expansão, submetendo completamente o sistema natural ao supersistema produtivo-econômico.

## **1.2 Manifestações da crise**

Diariamente, somos bombardeados pela mídia com notícias cujo teor revela os enunciados e as ameaças de uma ecatombe, que, de certa forma, têm contribuído na formação de uma consciência preservacionista. Mencionamos como exemplo a entrevista de Lester Brown, fundador da prestigiada organização não-governamental intitulada Instituto Worldwatch, mergulhada em pesquisar os ecossistemas desde 1974. Ele é enfático ao fazer a vinculação entre as mudanças ambientais e a ação humana. "Mais de 1.500 pesquisadores ligados à ONU provaram cientificamente que as mudanças climáticas são resultado da emissão de combustíveis fósseis na atmosfera. Isso, com certeza, é responsabilidade do homem." Suas observações são bastante preocupantes:

Não tenho dúvida de que estamos perdendo essa guerra. Eu trabalho com esses assuntos há quase três décadas e todos os anos as florestas ficam menores, os desertos tornam-se maiores, o número de espécies no planeta diminui, o nível do mar continua a subir, a Terra está ficando mais quente, o gelo está derretendo. A tendência é para o lado errado. É preciso parar!. (BROWN, 09 maio 2001, p. 11-15).



Chegamos ao novo milênio com uma crise ambiental planetária sem precedentes, com riscos de ameaça à nossa própria sobrevivência. Estamos construindo nosso próprio esquife.

As manifestações dessa crise estão a nos cercar cotidianamente, seja no nosso olfato, nosso paladar, nossa audição ou visão. Não há como ficar indiferente ou insensível a sinais de tamanha proporção.

De acordo com Soffiati (2002, p. 41-44), as principais manifestações dessa gravíssima fase podem ser sintetizadas em:

a) alterações de ordem climática mundial, consideradas como um dos traços mais globalizadores da crise. Embora a grande maioria das pessoas não consiga explicar fenômenos como o efeito estufa, o esgarçamento do escudo de ozônio e a chuva ácida, poucos não saberiam discorrer sobre os efeitos na saúde e destruição dos ecossistemas;

b) depleção dos recursos não renováveis, como o petróleo, o gás natural e vários outros minerais associados aos problemas climáticos globais e localizados. Essas notícias atingem a todos, via meios de comunicação social, como responsáveis pela poluição do ar, da água, contaminação dos alimentos por resíduos tóxicos e aditivos químicos;

c) destruição dos ecossistemas vegetais nativos e oceânicos, especialmente das florestas tropicais e plataformas continentais, biomas que melhor desempenham a função de manter o equilíbrio da atmosfera, absorvendo gás carbônico e produzindo oxigênio. Paralelamente, ambas são responsáveis pela grande biodiversidade do planeta;

d) empobrecimento acelerado da diversidade da vida, aspecto que vem preocupando os cientistas e ativistas dos movimentos de proteção ao meio

ambiente, alertando-nos para o fato de que quanto mais simplificada tornar-se a biodiversidade, com a extinção de espécies dos cinco reinos, pior será a qualidade das condições indispensáveis à vida, inclusive a humana;

e) radical transformação dos ecossistemas nativos e substituição dos ecossistemas nativos, transformados por ecossistemas antrópicos. Esses aspectos repontam às grandes obras de engenharia civil, executadas em rios e lagos, tais como retificação de leitos, drenagem, barragem para a geração de energia, da supressão de ambientes nativos para a implantação de projetos agropecuários com base em monoatividades e, principalmente, o processo de metropolização crescente e desordenada; e

f) concentração de materiais radioativos em centrais nucleares, equipamentos utilizados na medicina, bem como as substâncias tóxicas produzidas nas indústrias, traduzem-se em um potencial risco ao meio ambiente e à vida.

Mesmo em cidades de pequeno porte, como Canguçu e tantas outras, que ainda esbanjam ar puro e tranqüilidade, pode-se observar que não estão imunes aos efeitos danosos dessa crise. O clima em Canguçu, por exemplo, tradicionalmente agradável pelo aspecto montanhoso, hoje chega a apresentar as quatro estações do ano em um só dia. Outro aspecto também relevante consiste na forte tendência em transformar a agricultura em monocultura do fumo.

Retomando Soffiati (2002, p. 44 -45): a atual crise revela singularidade quando comparada a todas as outras.

Antes de tudo, trata-se de uma crise antrópica, vale dizer, de uma crise derivada de atividades humanas, quer praticadas no modo de vida capitalista, quer no modo de vida do chamado socialismo. Por mais que se opusessem, um ponto em comum os unia: sua relação com a natureza não-humana caracterizava-se pelo utilitarismo, pela instrumentalização, pela exploração ilimitada.

Ele acrescenta que, embora essa crise não seja a única entrópica, ela é única por aliar o caráter antrópico com sua extensão planetária (SOFFIATI, 2002, p. 46). A referida crise ambiental acumula uma perspectiva de 3 pês, que se articulam num problema complexo: população, poluição, pobreza.

Vale lembrar, igualmente, que a explosão demográfica humana exerce forte importância na transformação e destruição do meio ambiente. No início da era cristã, calcula-se que 250 milhões de seres humanos ocupavam o planeta. Atualmente, mais de 5 bilhões habitam o planeta. Se essa tendência prevalecer, o número poderá atingir a casa dos 35 bilhões no fim do século XXI.

Esse aumento exponencial, ocasionado pelos avanços da medicina, a maior conscientização em relação à prevenção de doenças, a redução do índice de fatalidade causado pelas epidemias, a queda da mortalidade infantil, o aumento de expectativa de vida, entre outros fatores, geram também maior consumo e, portanto, maior necessidade de extração de recursos naturais, intensificando a dilapidação dos recursos advindos da natureza.

Os dados atuais confirmam uma crescente longevidade em todo o planeta. Enquanto sobem os índices de longevidade, descem os de natalidade, divulgando uma tendência na formação de uma nova pirâmide populacional, isto é, a humanidade encaminha-se para uma nova distribuição nos espaços ocupados pelas diferentes faixas etárias, aproximando-se de uma distribuição equilibrada da população em questões concernentes à idade, tais como, o controle da natalidade. A cada dia há um passo na aproximação do equilíbrio no que hoje ainda é o crescimento populacional.

Contudo, se, por um lado, o envelhecimento da população, a combinação do aumento da expectativa de vida com a queda na natalidade e a mortalidade infantil, são uma espetacular conquista, por outro, não deixa de causar, do mesmo modo,

muitas preocupações por todas as implicações que esse fenômeno abrange, com sérias conseqüências para o meio ambiente, na medida em que a sociedade precisa reestruturar-se diante do evento. Esse tema constitui-se em um dos elementos do objeto de nossa pesquisa.

### **1.3 A crise nos afeta: desafios e angústias**

Se lançarmos o nosso olhar sobre a história, poderemos constatar que a trajetória dos homens e mulheres, desde a forma mais rudimentar do capitalismo até o século XXI, foi caracterizada por uma busca incessante de projetos de desenvolvimento com uma visão econômica estreita e reducionista, calcada na dominação da natureza.

Verificamos, no período da modernidade, duas vertentes controversas formularem-se concomitantemente: o homem como lobo do homem e o acúmulo de bens materiais como qualidade de vida. A tão sonhada felicidade prometida pelo desenvolvimento tecnológico e científico exige seu preço. O aspecto perverso de todas essas conquistas, expressos na exploração do homem pelo homem e nas mais diferentes formas de desigualdade social, revela-nos uma sociedade que não absorveu da mesma forma os avanços da ciência e da técnica, bem como sofre diferentemente os efeitos da desastrosa relação que vem mantendo com o meio circundante.

Reigota ressalta uma alternativa audaciosa e original de ecologistas latino-americanos chamada "dívida ecológica", que considera os países industrializados como devedores por terem usado seu poderio técnico e político para dilapidar os

recursos naturais do hemisfério Sul. Tal idéia foi divulgada pela WWF Internacional (1993), através de um documento representando a posição de grupos da Argentina, Brasil, Colômbia, Equador e Guatemala e cujos autores apontam o problema da camada de ozônio, afirmando que um país como o Chile sofre as conseqüências sem ser um dos principais responsáveis pela sua origem. A julgar por esse entendimento, aos países do Norte deve ser cobrada a dívida. (REIGOTA, 1999, p. 42-43).

Guatarri, em seus estudos, conclui que há três ecologias: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade. Sua Ecosofia denuncia a deteriorização que o mundo está sofrendo. Paralela à destruição do ar, das matas, das águas, entre outros bens naturais, ocorre a destruição humana por falta de solidariedade, injusta distribuição de renda e ausência de ética nas relações. Conseqüentemente, estamos a testemunhar o nosso planeta fragmentado nas mais diversas separações: pobres, ricos, pretos, brancos, ocidentais, orientais, muçulmanos, judeus, jovens, velhos. Essa dicotomia cultural, política e econômica, contendo forte conotação preconceituosa, favorece a formação do exército de excluídos que, dificilmente, por si mesmos, conseguem reverter tal papel. Vale lembrar: há uma economia concentrada e uma pobreza expandida. (GUATARRI, 1995, p.38).

Tudo isso traduz-se, no momento, num enorme fosso separando os povos, fenômeno que denominamos crise socioambiental. Viola (1987, p.71) assim se pronuncia:

Os problemas de degradação ambiental, enfrentados pelos ecologistas do 1º e 3º mundos são de similar natureza, mas os problemas de degradação social são profundamente diferentes; no 1º mundo, a grande maioria da população tem resolvida a satisfação das necessidades materiais básicas (alimentação, moradia, saneamento básico, vestimenta, transporte), no 3º mundo, a maioria da população vive em condições miseráveis.

Ao presenciar o contraste, estudiosos apontam dois tipos de poluição: de um lado, observam a poluição da miséria-subnutrição, ausência de água potável, de saneamento básico, falta de tratamento do lixo, falta de cuidados médicos e o consumo de álcool e drogas, analfabetismo, a ignorância dos seus próprios direitos fundamentais, entre outros problemas; de outro lado, a poluição da riqueza, marcada pela presença de usinas nucleares, chuva ácida, consumo suntuário, parafernália tecnológica e as doenças relativas ao excesso de alimentos, álcool, drogas e medicamentos.

Santos (2000, p. 23) informa-nos que os países capitalistas avançados, com 21% da população mundial, controlam 78% da produção mundial de bens e serviços, e consomem 75% de toda energia produzida. Esses dados comprovam, mais uma vez, que há uma insensata concentração de riquezas e visualizam a inexistência de uma democracia que ordene a relação com a natureza..

Os contrastes são muitos e assustadores. assim denuncia Pelizzoli (1990, p. 96):

Para que todos tenham um padrão de vida como o europeu, são necessárias 23 vezes mais energia, 10 vezes mais produção de combustíveis fósseis, 90 vezes mais riquezas minerais, duas vezes a quantidade de terra agriculturável, ou seja, outro planeta Terra, outra camada de ozônio, outra atmosfera.

Convivemos, portanto, de forma paralela com os mais esfuziantes brados de um sofisticado progresso que permite, entre tantos recursos, os quais se transplantem órgãos, manipule-se a genética, chegue-se a outros planetas, todavia com o gemido dos que têm fome, não têm emprego, sofrem injustas guerras e sucumbem diante de simples doenças.

Boff (1995, p. 23), professor e teólogo, em sua obra *Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Pobres*, a propósito, assim se manifesta:

A ética da sociedade dominante hoje é utilitarista e antropocêntrica. Considera o conjunto dos seres a serviço do ser humano que pode dispor deles a seu bel prazer, atendendo a seus desejos e preferências. Acredita que o ser humano, homem e mulher, é a coroa do processo evolutivo e o centro do universo. Ético seria desenvolver o sentido do limite dos desejos humanos, porquanto estes levam facilmente a procurar a vantagem individual à custa da exploração de classes, subjugação de povos e opressão de sexos.

Neste sentido, o autor enfatiza ser necessário as pessoas compreenderem o que é realmente necessário a ser consumido para termos uma vida saudável, sem nos perdermos na busca de necessidades artificiais a nós impostas pelos meios de comunicação, que nos conduzem ao consumo sem limites. O consumismo exagerado sempre nos remete a novas e novas satisfações, tal como uma compulsão que não vê barreiras, subjugando tudo e a todos num incontrolável desejo de buscar inusitados sonhos.

Esse comportamento pessoal revela-se em nível comunitário e até em proporções nacionais e continentais. Prova disso são as tentativas de hegemonia internacional, que nada mais são do que a submissão dos povos pobres diante do poder dos ricos.

#### **1.4 O que busca a humanidade? Desafios e perspectivas**

A humanidade recebeu gratuitamente 3,8 bilhões de anos de capital natural, que

[...] compreende todos os recursos usados pela humanidade: a água, os minérios, o petróleo, as árvores, os peixes, o solo, o ar etc. Mas também abrange sistemas vivos, os quais incluem os pastos, as savanas, os mangues, os estuários, os oceanos, os recifes de coral,

as áreas ribeirinhas, as tundras e as florestas tropicais. (HAWKEN, LOVINS E LOVINS, 1999, p. 2)

Segundo o biólogo Edward Wilson, autor do livro *O Futuro da Vida*, não há um cálculo que avalie seguramente quanto valem todos esses serviços que elas[as árvores] desempenham. Mas, em 1997, um grupo de economistas e ecologistas calculou o valor dos serviços prestados à humanidade pelos ecossistemas. A contribuição foi estimada em US\$ 33 trilhões por ano, quase duas vezes maior que o Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países do mundo, que, naquele ano, não passou de US\$ 18 trilhões. (LUZ, L., 02 jun. 2003 p. 4).

Para onde caminha a humanidade? Onde estaria o tão sonhado desenvolvimento? A industrialização seria uma solução para o bem-estar e harmonia? Santos (2000, p. 27-28). assim responderia:

[...] a industrialização não é necessariamente o motor do progresso nem a parteira do desenvolvimento. Por um lado, ela assenta-se numa concepção retrógrada da natureza, incapaz de ver a relação entre a degradação desta e a degradação da sociedade que ela sustenta. Por outro lado, para dois terços da humanidade, a industrialização não trouxe desenvolvimento. Se por desenvolvimento entende-se o crescimento do PIB e da riqueza dos países menos desenvolvidos para que se aproximem mais dos países desenvolvidos, é fácil mostrar que tal objetivo é uma miragem dado que a desigualdade entre países ricos e países pobres não cessa de aumentar. Se por desenvolvimento entende-se o crescimento do PIB para assegurar mais bem-estar às populações, é fácil mostrar que o bem-estar das populações não depende tanto do nível da riqueza quanto da distribuição da riqueza.

Avançadas pesquisas na área científica, um *status* mundial de nação desenvolvida, proporcionariam mais solidariedade? Gonçalves (1990, p. 99) manifesta-se desta forma:

A história já demonstrou que não caminha necessariamente para frente. As sociedades que se consideram os mais civilizados foram as responsáveis pelas maiores barbáries do nosso século: Auschwitz, *gulag* e os bombardeios de *napalm* no Vietnã, por



exemplo, não podem ser apontados como símbolos de progresso da humanidade.

No momento atual, parece que há uma constante necessidade de fazer guerra. Essa atrocidade é cometida ora no Oriente Médio, ora no Iraque, ora em qualquer parte do planeta. No Brasil, os conflitos ocorrem no campo, numa discutível distribuição de terra, nas favelas, pelo controle do tráfico de drogas, ou em qualquer bairro, em forma de uma violência generalizada.

A felicidade de um povo consistiria no consumo do que estivesse ao seu alcance? Hawken, Lovins e Lovins, na obra *Capitalismo Natural* (2000, p.48), analisam o que ocorre numa sociedade que consome desordenadamente e, da mesma forma desperdiça quase quinhentas toneladas de lixo por pessoa por ano. “A indústria desloca, escava, extrai, revira, queima, desperdiça, bombeia e joga fora 1.815 toneladas de material para abastecer uma família norte-americana de classe média durante um ano”.

Por muito tempo se acreditou que o crescimento econômico desencadearia, conseqüentemente, um crescimento humano. Prova disso foi a participação da delegação brasileira na Conferência Internacional de Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972, quando tentava atrair indústrias poluidoras para o País, onde não teriam qualquer custo com equipamento antipolvente. Alegava que as preocupações com a defesa ambiental disfarçavam interesses imperialistas que tentavam impedir os países pobres de encontrarem o caminho para o desenvolvimento. (VIOLA, 1987, p. 83-84).

Presentemente, essa posição costuma ainda ser defendida, com interesses justificáveis à primeira vista. Tais “ganhos” costumam produzir uma imagem distorcida do que seja um real desenvolvimento. Seus defensores advogam que não

é possível gerar emprego e renda sem “algum prejuízo” ao meio ambiente. Essas idéias acabam se impondo porque são advindas das mais poderosas forças que opinam no País, onde se mantêm o monopólio sobre meios de comunicação e propaganda e dirigem as nossas instituições oficiais. Podemos citar como exemplo a tão festejada instalação, em abril de 2003, de uma das mais modernas fábricas de cigarros do mundo no município de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul, que se orgulha, inclusive, de promover “integração total com a natureza”, incentivar a eliminação de agrotóxicos e manter um clube da árvore. A sociedade e o governo agradecem. (SOUZA Cruz 100 anos..., 25 abr. 2003).

Outro fato importante a ser comentado, refere-se aos planos sociais financiados por empresas que têm interesse em manter uma “fachada” de promotoras do bem-estar, quando, na realidade, são propagadoras de malefícios. Destacamos o Projeto Terceira Idade com Sorriso, mantido pelo Instituto Humanitas, e a Empresa Meridional de Tabacos, que oferece tratamento odontológico para a confecção e a colocação de próteses totais e parciais em idosos que residem nos bairros Cristal, Imigrante, Glória, Harmonia e Loteamento Beckenkamp, na periferia de Santa Cruz do Sul. (BUBLITZ, 28 maio 2003)

Pelo que se pode verificar, nosso momento sócio-histórico é pontuado por contradições e incertezas. Nossa crise ambiental extrapola as questões ecológicas. Ela penetra fundo, também, na crise da razão, da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento econômico. Para Lima (2002, p. 137):

A atual crise socioambiental é, na verdade, uma das expressões de uma crise civilizatória pluridimensional que revela a todo instante, e de diversas maneiras, o esgotamento do projeto cultural iluminista inspirado na idéia de progresso, na razão instrumental e numa compreensão de mundo dualista. A promessa iluminista que via na expansão do conhecimento sobre os mundos natural e social a garantia de um maior controle sobre a realidade não se cumpriu.

Talvez um dos exercícios mais salutares que possamos fazer seja refletir a respeito de nossa trajetória. A História tem se revelado uma grande mestra, no momento em que é capaz de nos revelar os momentos de maior lucidez e, ao mesmo tempo de maior embrutecimento da espécie humana. Por isso, é oportuno perguntarmo-nos até que ponto, no passado, as pessoas envolvidas nesse processo de degradação tinham plena consciência do que estava ocorrendo? Houve uma participação direta e intencional de interferir no meio ambiente? Em que medida as pessoas com idade superior a 60 anos estão dispostas a analisar atitudes e comportamentos de outrora sob uma nova ótica em relação ao meio ambiente? E hoje, será que são atingidas pela “onda ambientalista”?

Sucintamente: considera-se ser, hoje, do conhecimento dos pesquisadores dedicados ao tema, que os impactos ocorreram desde a chamada revolução agrícola e da revolução científica e industrial.

A partir do século XVIII, a Revolução Industrial, com a geração de bens de consumo em grande quantidade, ocasionou maior extração do recurso natural, maior consumo de energia, maior produção de rejeitos, não só na produção em si, mas também na distribuição e comercialização desses bens. Contudo, foi no século XX, principalmente a partir do término da Segunda Guerra Mundial, que os problemas agravaram-se em virtude de duas grandes explosões: demográfica e industrial. Os avanços científicos e tecnológicos originaram uma grande capacidade de bens de consumo e uma demanda grande também. Seus efeitos, no entanto, foram agudos e dramáticos, despertando a atenção da sociedade e seus dirigentes. Os problemas ambientais passaram a ser objeto de estudo, reflexão e ação. (ALMEIDA et all 1999, p. 96-97).

Sensível ao somatório de sintomas que se evidenciavam já em tempos remotos, a humanidade iniciou a esboçar tentativas que pudessem controlar os

efeitos negativos da ação depredadora na busca de soluções que permitissem a continuidade de vida no nosso planeta.

### **1.5 O debate a respeito da crise, através das Conferências**

Sem sombra de dúvidas, o esgotamento dos recursos naturais sempre teve testemunhas que demonstraram reações, muitas vezes tímidas, mas que se avolumaram com o desenrolar da crise.

Neste sentido, notamos hoje um movimento ambiental que vem somando forças em muitas nações na busca de soluções para a crise, ora em forma de organizações não-governamentais, ora tentando, junto ao poder público, criar legislações severas de controle ou reivindicar uma educação ambiental nos mais diversos segmentos sociais.

Na verdade, as primeiras demonstrações de preocupação com a natureza aconteceram na Índia (240 a C.), quando o imperador Asoka mandou gravar em um pilar os dizeres: "As florestas não devem ser queimadas, seja inutilmente, seja para destruir os seres vivos." (SOUZA, 1992, p. 146).

Entretanto, é somente na década de 60 no século passado, que eclode o movimento ecológico em meio a outros movimentos sociais que emergiam como o dos "hippies", o das feministas, o movimento negro, o dos pacifistas, assim como as reivindicações pela liberação sexual e o surgimento da "pílula anticoncepcional", das drogas, as manifestações anti Guerra Fria e a corrida armamentista nuclear e anti Vietnã. A chave desse movimento ecológico foi o famoso Maio de 68, em Paris, quando os estudantes clamavam pelo novo, indicando que um mundo diferente estava nascendo. (CASCINO, 1999, p. 30-31).

De fato, esse é um movimento contraditório pois, além da inovação enunciada, estava implícito um reclamo de inserção no mercado de trabalho e de consumo. Há uma corrente de pensadores que afirmam ser este movimento carregado de ambigüidades. Por trás do aparecimento de clamores pelo inusitado, acreditam que contribuíram para fortalecer a sociedade capitalista, com uma nova roupagem.

Gonçalves (1990, p.13).explica tal conjuntura: "A década de 1960 assistirá, portanto, ao crescimento de movimentos que não criticam exclusivamente o modo de produção, mas, fundamentalmente, o modo de vida. E o cotidiano emerge aí como categoria central nesse questionamento".

"Queremos um planeta mais azul", diziam os estudantes, em 1968 em Paris, suscitando dúvidas quanto aos "velhos esquemas," revelando naquele caldo de cultura o ambientalismo.

Importante papel no desencadear do movimento ecológico foi a publicação, em 1962, do livro que se tornaria um clássico, intitulado *Primavera Silenciosa*, da jornalista Rachel Carson, abordando a perda da qualidade de vida causada pelo uso excessivo de pesticidas, inseticidas sintéticos e os efeitos desses produtos químicos sobre os recursos ambientais. A obra iniciou a socialização do debate ambiental, atingindo o grande público dos países industrializados, produzindo discussões e inquietações mundiais a respeito da necessidade de se revelar o quadro de consumo, poluição e degradação dos padrões sustentáveis de vida. (DIAS, 1998, p. 34; CASCINO, 1999, p. 36).

Todas as inquietações propostas por Carson resultaram na fundação do Clube de Roma, em 1968, quando as preocupações foram sistematizados por uma comissão de 30 especialistas de várias áreas. Em 1972, a organização lança um relatório intitulado *Os limites do Crescimento*, afirmando que o progressivo consumo

mundial conduziria a a humanidade a um limite de crescimento e, possivelmente, a um colapso. O relatório constituiu-se no 1º grande documento a respeito das questões ambientais e dos limites para o desenvolvimento humano.

Poucos meses após sua publicação, em 1972, em Estocolmo, Suécia, foi realizada a 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento, promovida pela ONU, encontro considerado um marco histórico político-internacional para o nascimento de políticas de gerenciamento ambiental.

O encontro gerou a Declaração de Estocolmo, assentado sobre uma série de princípios para o manejo ecologicamente racional do meio ambiente, bem como agendou internacionalmente as questões ambientais, representando o início de um diálogo entre países industrializados e países em desenvolvimento sobre a vinculação que existe na relação crescimento econômico/ poluição dos bens globais (água, ar e oceanos ) / bem-estar dos povos de todo o mundo. (REIGOTA, 1994).

Uma vez que a Conferência de Estocolmo recomendava a Educação Ambiental como estratégia nos esforços que buscavam melhoria na qualidade ambiental, a UNESCO promoveu, em 1975, na Iugoslávia, uma reunião conhecida como Encontro de Belgrado. O evento formulou os princípios e as orientações para os programas de educação ambiental no mundo, enfatizando uma nova ética global que promovesse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humanas. Esse ideal permanece até os dias de hoje e, de certa forma curiosa, perguntamo-nos se, depois de trinta anos, não estamos mais distantes desse sonho.

Em meio a muitos outros encontros ocorridos pelo planeta, em 1977, houve a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, Geórgia,

ex-União Soviética, organizada pela UNESCO em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Na ocasião, não só foram apresentados os primeiros trabalhos em Educação Ambiental que estavam sendo desenvolvidos em vários países, como também ficaram estabelecidos os princípios orientadores da Educação Ambiental, enfatizando seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.

Outro encontro importante aconteceu em 1987 - o 2º Congresso Mundial de Educação Ambiental, em Moscou. Dias (1998, p. 80) desse modo analisou o encontro: "O Congresso objetivou a discussão das dificuldades encontradas e dos progressos alcançados pela nações, no campo da Educação Ambiental, e a determinação de necessidades e prioridades em relação ao seu desenvolvimento, desde a Conferência de Tbilisi".

Já não era mais possível adiar alternativas de solução. No mundo inteiro ocorreram seminários e encontros os quais provocaram a urgência de um debate que procurasse estabelecer novas linguagens, oferecendo um novo formato aos parâmetros sob os quais ocorre o entendimento do papel do ser humano em relação aos elementos naturais, redimensionando a relação homem/natureza e a relação dos homens entre si.

Surge, então, a Conferência de 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, mais conhecida como Eco-92. Na ocasião, conclui-se que há uma interdependência inquestionável entre os seres humanos e a natureza. É um momento caracterizado por profundas análises; expandindo-se a noção de desenvolvimento sustentável, que, ao mesmo tempo, passa a ser questionada, através do enfoque da sociedade sustentável.

O momento foi próprio para a demonstração da maneira segundo a qual as sociedades estão reagindo frente à inércia e ineficácia dos poderes constituídos. O evento paralelo, Fórum Internacional de Organizações não Governamentais e

Movimentos Sociais, promovido por diversas ONGs, obteve praticamente a mesma repercussão do evento organizado pela ONU.

No Rio de Janeiro, o debate ambientalista fez explodir essa questão em diferentes e distantes cantos do mundo porque nele foi enfaticamente desvelada a fragilidade da sobrevivência de todas as espécies vivas na Terra.

Para Reigota (1999, p. 21), "A partir da Eco-92, a noção de ecologia foi ampliada, sendo que um dos pontos em comum entre os vários grupos presentes foi o compromisso com a vida em todas as suas manifestações".

O encontro no Brasil foi o reflexo de quatro anos de negociações sobre clima e biodiversidade e do surgimento da ecodiplomacia nos corredores das Nações Unidas. O mundo tornou-se mais esperançoso a partir daquela maratona de negociações: nações ricas e nações pobres, países pequenos e grandes potências tinham finalmente reconhecido que a humanidade habita uma casa comum; que essa casa, a Terra, estava ameaçada pelo desenvolvimento predador, desigual e irresponsável; e havia, afinal, uma tarefa comum a ser empreendida, com o objetivo de proteger o meio ambiente e garantir uma vida digna às grandes populações miseráveis do planeta.

Passados 10 anos, não foi a mesma consciência nem o mesmo sentimento que foram manifestados na Rio+10, Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo, África do Sul, em 2002. Lá, foram desvelados a fragilidade e o lado perverso desses habitantes de uma casa comum, que não lograram consenso mínimo sobre a maioria das questões fundamentais, como a ratificação do protocolo de Kyoto por importantes nações, como Canadá, Rússia e Estados Unidos, bem como, não foram definidas as metas de renovação das matrizes de energia, tampouco definido o período para que os países adotassem fontes alternativas.



e demonstram muita disposição a partir do que caracterizamos, no momento, como ressignificação da velhice.

### **1.6 A reação ao antropocentrismo**

Aos poucos, os cidadãos e cidadãs tomam iniciativas para combater o que se pode denominar analfabetismo ambiental, expressão usada na Conferência sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990. (DIAS, 1998, p.110) Para tanto, o mais importante é realmente a conscientização. Não basta somente a sociedade munir-se de medidas impositivas e legislações para controlar o caos, pois bem sabemos, a natureza tem seus princípios e a ciência jamais resolverá todos os problemas relativos ao ambiente. Com a palavra Lutzenberger (1995):

Não existem malogros, mistérios insondáveis sim. As leis do comportamento da Natureza são universais, imutáveis e intransgredíveis. Quer dizer que as leis da física são as mesmas na galáxia longínqua que está a bilhões de anos luz de distância, eram as mesmas quando partiu de lá a luz que hoje observamos e que levou bilhões de anos para aqui chegar, e serão as mesmas enquanto durar o universo. E, se alguém nos contar que conhece um lugar onde os rios correm montanha acima e a chuva sobe do solo ao céu, não precisamos perder tempo para ir lá verificar.

A natureza é a mesma. A humanidade é a mesma. E a humanidade, também é natureza? Até quando manteremos essa atitude utilitarista e antropocêntrica com raízes fincadas na tradição judaico-cristã, na revolução científica ocidental do século XVII e na revolução industrial do século XVIII?

Pode-se afirmar que a separação homem/natureza é uma evidência do pensamento que tem marcado o mundo ocidental. Por esse motivo o movimento

ecológico examina hoje o conceito de natureza que está em vigor e, conseqüentemente, determina o sentir, pensar e agir de nossa sociedade. Sobretudo, questiona o modo de ser, de produzir e de viver em sociedade.

Gonçalves (1990, p. 28) assim se pronuncia:

Quando afirmamos que é o pensamento dominante no ocidente, queremos deixar claro que a afirmação desse pensamento - que opõe homem e natureza - constitui-se contra outras formas de pensar. Não devemos ter a ingenuidade de acreditar que ela se afirmou perante outras concepções porque era superior ou mais racional e, assim, desbancou-as. Não, a afirmação desta oposição homem-natureza se deu no corpo da complexa História do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais. Ter isso em conta é importante não só para compreender o processo histórico passado, mas, sobretudo, para compreender o momento presente.

Os cristãos acreditavam que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança.” Portanto, cercado de tantos outros seres, o homem é um privilegiado, centro do mundo, sujeito em oposição ao objeto, à natureza. Na modernidade, ao instrumentalizar-se pelo método científico, ele passa a penetrar em todos os mistérios da natureza. Torna-se, portanto, “todo poderoso” - podendo possuir e usar a natureza da forma que melhor desejar. (GONÇALVES, 2000, p. 32-33).

O advento do cientificismo e da tecnologia acentuou ainda mais a divisão entre homem e natureza, fundamentando o emergir da modernidade. Por sua vez, a natureza é subdividida em física, química, biologia, e o homem, em economia, sociologia, antropologia, psicologia, etc. Bem sabemos, nossas universidades estão até agora estruturadas com base nessa oposição, dificultando a busca por uma forma de pensar o homem e a natureza de forma orgânica e harmoniosa.

Todavia, foi com a própria pesquisa científica que esse paradigma foi problematizado. Foi através justamente da ciência que se formulou o conceito de

sistema, a noção de que tudo é integrado, embora grande parte da humanidade ainda resista à idéia de que não é o centro do universo, apesar dessa concepção ter sofrido grandes abalos.

Em *Três Aspectos da Evolução*, Gould expõe o célebre comentário de Sigmund Freud sobre o antropocentrismo. O autor narra que o psicanalista concluiu, de forma ácida e precisa, que todas as grandes revoluções científicas possuem algo em comum: a queda da altivez humana em relação a sua posição centralizadora e dominadora do universo. Freud cita três dessas revoluções: 1ª, a copernicana, que destituiu o nosso planeta da condição de centro das atenções de um pequeno universo para a situação de uma minúscula e periférica porção de rocha, a girar em torno do sol, e não ao contrário; a 2ª, a darwiniana, que relega a espécie humana à descendência animal\_ esta considerada uma resposta direta ao antropocentrismo; a 3ª revolução, Freud atribui-se a si próprio, quando ressalta seu feito pela descoberta do inconsciente e ilustração da não-racionalidade humana. Também se justifica porque as pessoas perderam o controle de tudo, pois há pontos obscuros em nossa mente que ainda nos desafiam ao conhecimento integral como seres humanos.

Nada melhor para abalar nossa vaidade e nos libertar do que a mudança entre nos vemos como *apenas um pouco abaixo dos anjos*, criados como mestres da natureza, feitos à semelhança de Deus para moldar e dominar a natureza, para o conhecimento de que somos não apenas produtos naturais de um processo universal de descendência com modificação (e portanto parentes de todas as demais criaturas), como também um ramo pequeno e, em última instância, transitório, que desabrochou tardiamente na frondosa árvore da vida, e não o ápice predestinado da escada do progresso. (GOULD, 1997, p. 100).

Acrescentamos que nossa espécie acaba de sofrer mais um golpe atingindo nossa vaidade. Provavelmente, com a intensidade de 4ª revolução, é-nos revelado,

no início deste século, a conclusão do seqüenciamento completo de mais de 3 bilhões de letras que formam o DNA humano, sendo um passo extraordinário para a compreensão de nós mesmos. A conclusão do Projeto Genoma estabelece inevitáveis conseqüências de ordem moral e filosófica.

[...] do ponto de vista genético, não somos muito diferentes das plantas, dos vermes, das moscas ou dos ratos. Tal aspecto encerra uma admirável lição de humildade. Somos também quase idênticos uns aos outros, o que elimina qualquer base científica para preconceitos de ordem racial. (A CIÊNCIA e a barbárie, 16 abr. 2003, p.24).

Vivemos, portanto, um momento de transição. Ao nos equipararmos a todos os outros seres, torna-se cada vez mais evidente nossa relação de interdependência. Ao revermos todo o processo histórico, perguntamo-nos: Quem sabe até não nos equivocamos ao solidificarmos nossa posição de senhores do universo, baseados em preceitos bíblicos? Será que não é este o momento de revermos se a humanidade não se precipitou em seus conceitos ao se autodenominarem "reis e rainhas" do universo? Se olharmos sob a ótica judaico-cristã, na história da Arca de Noé, no Velho Testamento, Deus faz um pacto para preservar a biodiversidade, assegurar afeto e perpetuação de todas as suas criaturas.

Já em 1815, José Bonifácio de Andrade e Silva, aqui no Brasil, expressava alguma consciência da imensa cadeia do universo. A ele são atribuídas pitadas de observações marcadas pelo senso ecológico:

Se a navegação aviventa o comércio e a lavoura, não pode havê-la sem rios, não pode haver rios sem fontes, não há fontes sem chuvas e orvalhos, não há chuvas e orvalhos sem umidade, não há umidade sem matas [...] De mais, sem bastante umidade não há prados, sem prados pouco ou nenhum gado e sem gados nenhuma agricultura. Assim, tudo está ligado na imensa cadeia do universo e os bárbaros

que cortam e quebram seus fuzis pecam contra Deus e a natureza e são os próprios autores de seus males. (apud VIOLA 1987, p. 32).

Em 1854, o cacique Seattle ao responder ao governo dos Estados Unidos, que tentava comprar suas terras, refutou: "O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro: o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro". (apud DIAS, 1998, p. 375).

A evolução desse fator de interdependência entre os seres culminou com a idéia de sistema, que, no século XX, assume consistência. Na física, Rutherford consegue provar que o átomo não é uma substância indivisível, usando o sistema. Durkheim, e, em especial Malinowski conseguem estruturar o conceito de sistema social. Os urbanistas, os sociólogos e geógrafos urbanos da escola de Chicago - Burgess, por exemplo - lançam às cidades um olhar sob o enfoque de sistema nos primórdios anos 20 do século XX. Inúmeros sistemas são identificados em todos os organismos: sistema atômico, sistema solar, sistema celular, etc. É o sistema holista que, agora, sobrepõe-se ao reducionismo atomístico - individualista até então dominante. Onde reinava o indivíduo, agora reina o todo. (GONÇALVES, 1990, p. 59-60).

Torna-se oportuno destacar a hipótese defendida pelo bioquímico James Lovelock, em 1979, sugerindo que o planeta seja um organismo vivo. Com suas análises a respeito da evolução da vida no planeta e o meio planetário, o estudioso concluiu que o nosso planeta, como um sistema integrado, foi e é capaz de dirigir o meio ambiente no sentido de criar e sustentar as características inerentes à manifestação e sustentação da vida. Para ele, a Terra possui características de auto-organização, como um sistema vivo, por meio de um dinamismo heterogêneo e articulado.

A hipótese Gaia, como ficou conhecida, define a Terra como um ser vivo, a partir de uma visão sistêmica dos organismos vivos, em que há interdependência, interconexões cujas relações são complexas e não lineares entre as partes e o todo. A respeito do tema, Viana e Hoeffel (1998, p. 72) acreditam que “A hipótese da Terra como um ser vivo tem orientado vários estudos e pesquisas nas últimas décadas, gerando uma indagação fundamental quanto ao papel ou função que cabe a nós, seres humanos, nesse sistema, nesse organismo vivo”.

Colaboração fundamental nesse debate é o que nos oferece Capra, com suas teorias que solidificam uma visão unificada de mente, matéria e vida, com profundas implicações não apenas para a ciência e para a filosofia, mas também para as atividades comerciais, a política, a educação e a vida cotidiana.

Como físico, ele afirma que as novas concepções de física têm gerado uma profunda modificação na visão de mundo. Estamos passando da visão mecanicista de Descartes e de Newton para uma visão holística e ecológica, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Capra destaca o papel da ecologia profunda, fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess, que reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida (CAPRA, 1996).

“Nenhuma das propriedades de qualquer parte dessa rede é fundamental; todas decorrem das propriedades das outras partes, e a consistência global de suas inter-relações determina a estrutura da rede toda”. (CAPRA, 1995, p. 42).

Também nós, seres humanos, no nosso interior, criamos uma rede de relações. Para Monteiro (2001, p. 14):

Quando me refiro à vida, remeto-me diretamente ao processo de envelhecimento, porque envelhecer e viver são processos

indissociáveis. Desenvolvemos uma infinita rede de relações por meio de várias histórias que colhemos e tecemos durante todo o percurso de nossas vidas. Estamos, desde a concepção, envelhecendo e vivendo, vivendo e envelhecendo, nunca sendo os mesmos, porque envelhecer é um processo contínuo de transformação do ser humano como único em seu tempo vivido.

É urgente que se aprenda a conceber o mundo sem o modelo fragmentador, que fraciona tudo, inclusive as pessoas, para inseri-las em determinadas categorias. Os velhos, por exemplo, quase sempre são considerados como pertencentes à classe daqueles que “já eram”, sem vez nem voz, portanto.

Os teóricos que comungam dessa visão sistêmica, como Capra e Prigogine, exercem importância na formação de novas representações a respeito da humanidade e do planeta, e da conseqüente interdependência destes. Contudo, há uma escola de pensadores críticos, como Reigota e Boaventura Santos, que acredita esse discurso ambientalista não apresentar abrangência suficiente para dar conta, por exemplo, das questões sociais, como as desigualdades, e de uma ecologia que lute contra a exclusão, a miséria e a barbárie, entre outros aspectos.

Nosso momento é peculiar e cheio de emergências. Estamos à procura de um novo paradigma que, na definição de Pelizzoli (1999, p. 69), é um modelo, um padrão, um prisma, um grande suporte para as teorias. Os paradigmas são, em geral, os esteios pressupostos e vigentes sob os comportamentos e grandes visões culturais.

Conforme Santos (2000, p.16), “Vivemos, pois, um tempo de transição paradigmática. As nossas sociedades são intervalares tais como as nossas culturas, tais como nós próprios”.

Segundo o mesmo autor, nós já nos encaminhamos para esse novo:

Depois da euforia cientificista do século XIX e da conseqüente aversão à reflexão filosófica, bem simbolizada pelo positivismo,

chegamos, a finais do século XX, possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do nosso conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós próprios. (SANTOS, 2000, p. 71).

Acima de tudo, a mudança de paradigmas requer mudanças de atitude que envolvam, necessariamente, alterações no plano individual, nas relações sociais e destacadamente, na sociedade de consumo que está estabelecida. Precisamos nos sentir em contato e comunhão com a natureza. Precisamos sentirmo-nos parte dela, e não seus donos. Necessitamos de uma nova relação com o nosso planeta. Na visão de Pelizzoli (1999, p.64) "Aqui, a constituição de um novo e grande paradigma. O universo começa a ser visto como uma rede de relações vivas, que incluem o próprio observador, como ator, e não apenas como espectador passivo e neutro."

Precisamos estabelecer um outro tipo de comunicação com a natureza que não seja um monólogo, e, sim, um diálogo, no qual procuraremos escutar suas respostas às nossas indagações, num novo pacto. Conforme propõe Gould (1993, p.43):

Sugiro que travemos um pacto [...] com nosso planeta, a Terra. Ela tem todas as cartas na mão e detém um imenso poder sobre nós - tanto que a aliança de que falo, uma aliança de que necessitamos desesperadamente, ao contrário dela, em sua própria escala de tempo, seria uma bênção para nós; para ela, apenas uma indulgência. Devemos nos apressar em assinar os papéis e fechar negócio enquanto ela ainda se mostra disposta ao acordo. Se a tratarmos com decência, ela continuará a nos sustentar por algum tempo. Se nós a ferirmos, ela vai sangrar um pouco, livrar-se de nós, curar-se, e, depois seguir cuidando de sua vida em sua própria escala.

O proposto pelo autor é, acima de tudo, um alerta, mais do que a indicação de uma perspectiva concreta. Mais ainda, na medida em que não aponta mediações para o que sugere e reconhece como uma autonomia da natureza.

Este capítulo abordou a trajetória da humanidade calcada na busca do tão falado bem-estar ou felicidade, que, na verdade, tem se traduzido numa busca



desenfreada ao consumismo como forma de responder aos anseios constantes e preencher o vazio característico das gerações presentes.

Na busca por ocupar o espaço aberto por necessidades consideradas prementes, vale subjugar e oprimir as sociedades mais empobrecidas, utilizando todo tipo de violência, desde a extorsão dos bens da natureza até as injustas guerras. O tão propalado progresso econômico, não raras vezes, faz-se desacompanhar pelo desenvolvimento humano, saltando-nos aos olhos que, paralelamente, convivem vários tipos de cidadãos, devido ao grau de desigualdade social vigente.

O debate está instalado. Clama-se por uma nova linguagem, em que homens e mulheres possam vencer a barreira do preconceito e da superioridade entre os seres humanos, bem como entre os outros seres da natureza.

No próximo capítulo, abordaremos a questão da 3ª idade propositadamente porque, hoje, as pessoas que atingem uma idade avançada configuram-se, não raras vezes, como seres à parte numa sociedade de inspiração capitalista onde a produtividade é considerada mola mestra. Na conjuntura atual cresce, cada vez mais o número de pessoas que atinge idade avançada. Conseqüentemente, esse fenômeno condiciona, também, as relações no meio ambiente.